

**COMPARTILHAMENTO DE DADOS PESSOAIS PELA JUCEMG**

A Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD, foi promulgada para proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e a livre formação da personalidade de cada indivíduo. A citada Lei preceitua sobre o tratamento de dados pessoais, dispostos em meio físico ou digital, feito por pessoa física ou jurídica de direito público ou privado, englobando um amplo conjunto de operações (site gov.br).

O tratamento de dados pessoais realizado pela Junta Comercial do Estado de Minas Gerais - JUCEMG tem por objetivo atender a sua finalidade pública, na persecução do interesse público, com o objetivo de executar as competências legais ou cumprir as atribuições legais do serviço público. Portanto, trata-se de informação que, por imposição normativa, é considerada dado público. Dentro desta finalidade específica e com base nas Leis nº 11.598/07 e nº 8.934/94, a JUCEMG compartilha os dados do registro público de empresas, com entidades públicas e privadas, conforme os preceitos de segurança e rastreabilidade preconizados pela LGPD.

O uso compartilhado de dados é um mecanismo relevante para a execução de atividades típicas e rotineiras do Poder Público e, nesse contexto, a JUCEMG esclarece que os dados pessoais constantes em sua base de dados poderão ser compartilhados com entes públicos e privados, cuja operação será devidamente formalizada por meio de termo específico (contrato/convênio/ato normativo), realizado em conformidade com a LGPD, notadamente com os princípios, as bases legais, garantia dos direitos dos titulares e outras regras específicas aplicáveis ao Poder Público.

Relação dos principais dados constantes do Sistema de Registro Mercantil (SRM), compartilhados (relação sujeita a atualizações):

Nome civil; CPF; RG, Data de nascimento; Estado civil; País de Nacionalidade; Profissão; Endereço; Dados Condição Sócio; Data de Ingresso e de saída da empresa; Valor de participação no Capital Social; Dados Condição Administrador; Data de início e término de mandato; Cargo de Direção, Dados Condição Conselheiro.

Importante esclarecer que a relação mencionada é exemplificativa, visto que outros dados, eventualmente registrados na Junta, poderão compor o rol supra citado.

Relação dos Entes com os quais os dados são compartilhados (relação sujeita a atualizações):

Advocacia Geral do Estado de Minas Gerais - AGE; Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A - BDMG; Boa Vista Serviços S.A.; Câmara de Dirigentes Lojistas de Uberlândia - CDL Uberlândia; Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Minas Gerais - CAU/MG; Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais - CREA/MG; Conselho Regional de Farmácia - CRF; Controladoria Geral do Estado de Minas Gerais - CGE; Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Minas Gerais - FECOMERCIO-MG; Instituto de Metrologia e Qualidade do Estado de Minas Gerais - IPEM/MG; Itaú Unibanco S.A; Jive Investments Consultoria Ltda.; Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais;

Ministério Público do Estado de Minas Gerais – MP; Ministério Público do Trabalho/Procuradoria Regional do Trabalho da Terceira Região; Ministério Público Federal/Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais - MPF/PRMG; Município de Belo Horizonte; Município de Carmópolis de Minas; Município de Contagem; Polícia Civil do Estado de Minas Gerais; Polícia Militar do Estado de Minas Gerais - PMMG; Procuradoria da Fazenda Nacional no Estado de Minas Gerais; Procuradoria Federal em Minas Gerais - PFMG/AGU; Procuradoria Regional do Banco Central em Minas Gerais; Secretaria da Receita Federal do Brasil; Secretaria de Estado de Fazenda - SEFMG; Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAGMG; SERASA S.A.; Sindicato das Empresas de Consultoria, Assessoramento, Perícias, Informações, Pesquisas e Empresas de Serviços Contábeis no Estado de Minas Gerais - SESCON/MG; Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais - OCEMG; Superintendência Regional de Polícia Federal em Minas Gerais; Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais- TCE; Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais; Tribunal Regional do Trabalho da Terceira região - TRT; Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais.

SETEMBRO/2022

GT LGPD JUCEMG (PORTARIA Nº.P/055/2020)